Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
DFs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023	17
DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	18
Demonstração de Valor Adicionado	19
Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	21
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	54
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	56
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	57

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2023	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	168	
Preferenciais	335	
Total	503	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	1.108.237	1.088.604
1.01	Ativo Circulante	114.701	106.031
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90	402
1.01.03	Contas a Receber	62.948	59.768
1.01.03.01	Clientes	62.948	59.768
1.01.04	Estoques	43.552	42.905
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.724	300
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.724	300
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.211	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.176	2.626
1.01.08.03	Outros	3.176	2.626
1.02	Ativo Não Circulante	993.536	982.573
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	826.296	814.186
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	826.296	814.186
1.02.01.10.03	3 Tributos a Recuperar	784.492	772.190
1.02.01.10.04	1 Depósitos Judiciais	37.186	37.668
1.02.01.10.0	5 Outros Créditos	4.618	4.328
1.02.02	Investimentos	47.011	47.436
1.02.02.01	Participações Societárias	41.894	42.320
1.02.02.01.02	2 Participações em Controladas	41.894	42.320
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.117	5.116
1.02.03	Imobilizado	120.000	120.704
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	119.070	120.279
1.02.03.01.0 ⁻	I Imobilizado em Operação	118.991	120.199
1.02.03.01.02	2 Imobilizado Arrendado	79	80
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	930	425
1.02.04	Intangível	229	247
1.02.04.01	Intangíveis	229	247
1.02.04.01.02	2 Intangíveis	229	247

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	1.108.237	1.088.604
2.01	Passivo Circulante	2.517.662	2.476.200
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	890.763	879.792
2.01.01.01	Obrigações Sociais	868.962	858.300
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.801	21.492
2.01.02	Fornecedores	454.392	447.437
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	448.796	441.949
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.596	5.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	421.246	410.406
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	246.005	239.766
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.285	11.191
2.01.03.01.03	Pis e Cofins a Recolher	164.416	161.126
2.01.03.01.04	Imposto Retido na Fonte a Recolher	25.966	25.889
2.01.03.01.05	Contribuição Previdenciaria	44.338	41.560
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	131.955	130.464
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	43.286	40.176
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	506.390	500.603
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	506.102	500.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	505.977	499.502
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	125	823
2.01.04.02	Debêntures	288	278
2.01.05	Outras Obrigações	214.041	208.551
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.413	28.714
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	29.413	28.714
2.01.05.02	Outros	184.628	179.837
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.772	2.718
2.01.05.02.04	Comissões s/ Vendas a Pagar	11.988	11.969
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	169.868	165.150
2.01.06	Provisões	30.830	29.411
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.830	29.411
	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	30.830	29.411
2.02	Passivo Não Circulante	543.800	530.361
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.643	2.600
2.02.01.02	Debêntures	2.643	2.600
2.02.02	Outras Obrigações	63.930	63.901
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.557	51.557
	Débitos com Controladas	51.557	51.557
2.02.02.02	Outros	12.373	12.344
	Obrigações Fiscais Estaduais	11.587	11.850
	Outras Contas a Pagar	786	494
2.02.03	Tributos Diferidos	29.567	29.831
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	29.567	29.831
2.02.04	Provisões	447.660	434.029
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	422.661	410.317
	Provisões Fiscais	305.582	296.439
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	96.689	93.509

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	20.390	20.369
2.02.04.02	Outras Provisões	24.999	23.712
2.02.04.02.05	5 Provisão s/PL a Descoberto em Controladas	24.999	23.712
2.03	Patrimônio Líquido	-1.953.225	-1.917.957
2.03.01	Capital Social Realizado	21.945	21.945
2.03.03	Reservas de Reavaliação	58.704	59.191
2.03.04	Reservas de Lucros	4.389	4.389
2.03.04.01	Reserva Legal	4.389	4.389
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.070.958	-2.036.579
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.805	28.023
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.890	5.074

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2023 à 31/03/2023	01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.775	66.655
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.801	-53.488
3.03	Resultado Bruto	13.974	13.167
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-13.692	-13.198
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.944	-6.948
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.742	-3.216
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.742	-3.216
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.358	425
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.138	-3.265
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-226	-194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	282	-31
3.06	Resultado Financeiro	-35.629	-38.494
3.06.01	Receitas Financeiras	13.740	8.230
3.06.02	Despesas Financeiras	-49.369	-46.724
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35.347	-38.525
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	264	561
3.08.02	Diferido	264	561
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35.083	-37.964
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-35.083	-37.964
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-69,72603	-75,4519
3.99.01.02	PN	-69,72603	-75,4519
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-69,72603	-75,4519
3.99.02.02	PN	-69,72603	-75,4519

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	-35.083	-37.964
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-185	-1.156
4.02.01	Ajustes de Conversão de Controladas no Exterior	-185	-1.156
4.03	Resultado Abrangente do Período	-35.268	-39.120

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
Conta	Descrição da Conta	Exercício	Anterior
		01/01/2023 à 31/03/2023	01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.349	-6.310
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.545	-1.227
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo no Exercício	-35.083	-37.964
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	741	742
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	226	194
6.01.01.04	Provisões	4.537	1.109
6.01.01.05	Variações Monetárias	31.124	34.300
6.01.01.06	Variação Cambial de Investimentos no Exterior	15	68
6.01.01.07	Outras Contas	-15	324
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	804	-5.083
6.01.02.01	Variações Contas a Receber de Clientes	-1.930	-12.912
6.01.02.02	Variações Estoques	-6	2.273
6.01.02.03	Variações Depósitos Judiciais	1.818	-832
6.01.02.04	Outras Variações Ativas	-4.567	-19
6.01.02.05	Variações Fornecedores	-440	935
6.01.02.06	Variações Tributos a Recolher	3.185	4.694
6.01.02.07	Outras Variações Passivas	2.744	778
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-536	377
6.02.01	Imobilizado	-534	375
6.02.02	Intangível	-2	0
6.02.03	Investimentos	0	2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.125	5.831
6.03.01	Empréstimos Tomados	72.289	69.725
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-74.414	-63.894
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-312	-102
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	402	268
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90	166
	ı		

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-2.036.579	92.288	-1.917.957
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-2.036.579	92.288	-1.917.957
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.866	-402	-35.268
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.083	0	-35.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	217	-402	-185
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-185	-185
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	329	-329	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-112	112	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	487	-487	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	738	-738	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-251	251	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-2.070.958	91.399	-1.953.225

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-1.880.927	96.805	-1.757.788
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-1.880.927	96.805	-1.757.788
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.531	-1.589	-39.120
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.964	0	-37.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	433	-1.589	-1.156
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.156	-1.156
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	656	-656	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-223	223	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	929	-929	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.408	-1.408	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-479	479	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-1.917.529	94.287	-1.796.908

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	91.080	84.766
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	90.926	84.932
7.01.02	Outras Receitas	617	425
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-463	-591
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-68.159	-60.044
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.108	-46.242
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.445	-12.866
7.02.04	Outros	-6.606	-936
7.03	Valor Adicionado Bruto	22.921	24.722
7.04	Retenções	-1.025	-1.066
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-741	-742
7.04.02	Outras	-284	-324
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	21.896	23.656
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	13.514	8.036
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-226	-194
7.06.02	Receitas Financeiras	13.740	8.230
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.410	31.692
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	35.410	31.692
7.08.01	Pessoal	16.733	15.304
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.715	13.502
7.08.01.02	Benefícios	870	751
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.148	1.051
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.366	7.815
7.08.02.01	Federais	305	4.588
7.08.02.02	Estaduais	3.681	2.874
7.08.02.03	Municipais	380	353
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	49.394	46.537
7.08.03.01	Juros	48.891	46.129
7.08.03.02	Aluguéis	503	408
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.083	-37.964
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.083	-37.964

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	1.119.446	1.099.856
1.01	Ativo Circulante	115.166	106.587
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	198	551
1.01.03	Contas a Receber	61.279	58.169
1.01.03.01	Clientes	61.279	58.169
1.01.04	Estoques	44.437	43.756
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.192	792
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	4.192	792
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.211	30
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.849	3.289
1.01.08.03	Outros	3.849	3.289
1.02	Ativo Não Circulante	1.004.280	993.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	826.754	814.644
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	826.754	814.644
1.02.01.10.0	3 Tributos a Recuperar	784.492	772.190
1.02.01.10.0	4 Depósitos Judiciais	37.644	38.126
1.02.01.10.0	5 Outros Créditos	4.618	4.328
1.02.02	Investimentos	5.117	5.116
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.117	5.116
1.02.03	Imobilizado	172.180	173.262
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	171.250	172.837
1.02.03.01.0	1 Imobilizado em Operação	171.171	172.757
1.02.03.01.0	2 Imobilizado Arrendado	79	80
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	930	425
1.02.04	Intangível	229	247
1.02.04.01	Intangíveis	229	247
1.02.04.01.0	2 Intangíveis	229	247

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	1.119.446	1.099.856
2.01	Passivo Circulante	2.587.742	2.544.912
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	928.894	917.402
2.01.01.01	Obrigações Sociais	906.629	895.438
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	22.265	21.964
2.01.02	Fornecedores	456.173	449.180
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	450.577	443.692
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.596	5.488
2.01.03	Obrigações Fiscais	450.173	438.980
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	274.931	268.312
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	24.218	23.949
2.01.03.01.03	Pis e Cofins a Recolher	180.230	176.733
2.01.03.01.04	Imposto Retido na Fonte a Recolher	26.145	26.070
2.01.03.01.05	Contribuição Previdenciaria	44.338	41.560
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	131.955	130.492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	43.287	40.176
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	506.390	500.603
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	506.102	500.325
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	505.977	499.502
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	125	823
2.01.04.02	Debêntures	288	278
2.01.05	Outras Obrigações	214.598	208.680
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	36.744	35.807
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	36.744	35.807
2.01.05.02	Outros	177.854	172.873
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.772	2.718
2.01.05.02.04	Comissões s/Vendas a Pagar	4.661	4.451
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	170.421	165.704
2.01.06	Provisões	31.514	30.067
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.514	30.067
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	31.514	30.067
2.02	Passivo Não Circulante	484.854	472.824
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.643	2.600
2.02.01.02	Debêntures	2.643	2.600
2.02.02	Outras Obrigações	12.373	12.344
2.02.02.02	Outros	12.373	12.344
2.02.02.02.07	Obrigações Fiscais Estaduais	11.587	11.850
	Outras Contas a Pagar	786	494
2.02.03	Tributos Diferidos	47.177	47.563
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.177	47.563
2.02.04	Provisões	422.661	410.317
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	422.661	410.317
	Provisões Fiscais	305.582	296.439
	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	96.689	93.509
	Provisões Cíveis	20.390	20.369
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-1.953.150	-1.917.880
	•		

PÁGINA: 12 de 57

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.01	Capital Social Realizado	21.945	21.945
2.03.03	Reservas de Reavaliação	58.704	59.191
2.03.04	Reservas de Lucros	4.389	4.389
2.03.04.01	Reserva Legal	4.389	4.389
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.070.958	-2.036.579
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.805	28.023
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	4.890	5.074
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	75	77

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	70.986	66.864
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.121	-53.858
3.03	Resultado Bruto	13.865	13.006
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.462	-12.295
3.04.01	Despesas com Vendas	-9.215	-7.171
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.752	-3.235
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-3.752	-3.235
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.354	623
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-5.849	-2.512
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.403	711
3.06	Resultado Financeiro	-36.872	-39.407
3.06.01	Receitas Financeiras	13.757	8.242
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.629	-47.649
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-35.469	-38.696
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	386	732
3.08.02	Diferido	386	732
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-35.083	-37.964
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-35.083	-37.964
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-35.083	-37.964
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-69,72603	-75,4519
3.99.01.02	PN	-69,72603	-75,4519
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-69,72603	-75,4519
3.99.02.02	PN	-69,72603	-75,4519

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-35.083	-37.964
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-187	-1.168
4.02.01	Ajustes de conversão de Controladas no Exterior	-185	-1.156
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes	-2	-12
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-35.270	-39.132
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-35.270	-39.132

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.308	-7.892
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.482	-3.329
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo no Exercício	-35.083	-37.964
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.117	1.128
6.01.01.04	Provisões	3.112	-2.003
6.01.01.05	Variações Monetárias	32.309	35.153
6.01.01.07	Outras Contas	27	357
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	826	-4.563
6.01.02.01	Variações Contas a Receber Clientes	-1.855	-13.147
6.01.02.02	Variações Estoques	-40	2.275
6.01.02.03	Variações Depósitos Judiciais	1.818	-832
6.01.02.04	Outras Variações Ativas	-4.537	13
6.01.02.05	Variações Fornecedores	-434	936
6.01.02.06	Variações Tributos a Recolher	3.154	4.699
6.01.02.07	Outras Variações Passivas	2.720	1.493
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-536	1.866
6.02.01	Imobilizado	-534	1.866
6.02.02	Intangível	-2	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.125	5.640
6.03.01	Empréstimos Tomados	72.289	69.918
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos	-74.414	-64.278
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-353	-386
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	551	610
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	198	224

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/03/2023

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-2.036.579	92.288	-1.917.957	77	-1.917.880
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-2.036.579	92.288	-1.917.957	77	-1.917.880
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.866	-402	-35.268	-2	-35.270
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-35.083	0	-35.083	0	-35.083
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	217	-402	-185	-2	-187
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-185	-185	0	-185
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	329	-329	0	0	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-112	112	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-2	-2
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	487	-487	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	738	-738	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-251	251	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-2.070.958	91.399	-1.953.225	75	-1.953.150

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	21.945	0	4.389	-1.880.927	96.805	-1.757.788	82	-1.757.706
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	21.945	0	4.389	-1.880.927	96.805	-1.757.788	82	-1.757.706
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-37.531	-1.589	-39.120	-12	-39.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-37.964	0	-37.964	0	-37.964
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	433	-1.589	-1.156	-12	-1.168
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.156	-1.156	0	-1.156
5.05.02.06	Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	0	0	0	656	-656	0	0	0
5.05.02.07	Tributos Diferidos s/Realização do Custo Atribuído	0	0	0	-223	223	0	0	0
5.05.02.08	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	0	-12	-12
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	929	-929	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.408	-1.408	0	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-479	479	0	0	0
5.07	Saldos Finais	21.945	0	4.389	-1.917.529	94.287	-1.796.908	70	-1.796.838

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 31/03/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 31/03/2022
7.01	Receitas	91.363	85.216
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	91.209	85.211
7.01.02	Outras Receitas	617	623
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-463	-618
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.869	-59.296
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-47.057	-46.225
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.501	-12.929
7.02.04	Outros	-5.311	-142
7.03	Valor Adicionado Bruto	24.494	25.920
7.04	Retenções	-1.403	-1.486
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.117	-1.128
7.04.02	Outras	-286	-358
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	23.091	24.434
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	13.757	8.242
7.06.02	Receitas Financeiras	13.757	8.242
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	36.848	32.676
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	36.848	32.676
7.08.01	Pessoal	16.899	15.442
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.865	13.629
7.08.01.02	Benefícios	873	752
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.161	1.061
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.364	7.754
7.08.02.01	Federais	245	4.471
7.08.02.02	Estaduais	3.732	2.922
7.08.02.03	Municipais	387	361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.668	47.444
7.08.03.01	Juros	50.150	47.027
7.08.03.02	Aluguéis	518	417
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-35.083	-37.964
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-35.083	-37.964

Comentário do Desempenho

TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. - "em Recuperação Judicial" **FEKA**RESULTADOS 1º TRIMESTRE DE 2023

COMENTÁRIOS

Senhores Acionistas

Apresentamos para apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia (individual e consolidada) relativas ao 1º trimestre de 2023, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente. Assim, entendemos que de forma abrangente, demonstramos o desempenho econômico e financeiro da Companhia.

Estas informações encontram-se à disposição em nossa Sede, em nosso site www.teka.com.br, bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O 1º. trimestre de 2023 apresentou um resultado melhor que o apresentado no mesmo período de 2022. A Companhia segue o ritmo alcançado no último trimestre de 2022, com receita bruta de R\$ 92,3 MM, acréscimo de 6,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, onde registrou R\$ 86,3 MM.

Com isso, no trimestre a receita líquida foi de R\$ 71,0 MM, alcançando incremento de 6,2% sobre o mesmo período de 2022 onde atingiu R\$ 66,9 MM.

Em relação ao CPV, ficou em R\$ 57,1 MM totalizando 80,5% sobre a receita líquida, o mesmo índice registrado no 1º. trimestre de 2022.

No que se refere ao resultado financeiro de R\$ (36,9) MM, verifica-se redução de 6,4% em relação ao 1º. trimestre de 2022 que foi de R\$ (39,4) MM. Cabe destacar que valores significativos se referem a atualização financeira de passivos acumulados do passado.

Nesse contexto o resultado alcançado no trimestre foi negativo em R\$ 35,1 MM, contra um resultado negativo de R\$ 38,0 MM no 1º. trimestre de 2022.

Apesar dos desafios impostos pelo mercado, com um cenário econômico instável, visível aumento no risco de inadimplência, a Administração segue confiante em sua estratégia, firme no propósito de realização de nosso planejamento estratégico, seguindo com o plano de soerguimento da Companhia.

Blumenau (SC), maio de 2023.

A Administração

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicialNotas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias
Em 31 de março de 2023
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A TEKA - Tecelagem Kuehnrich S.A. ("Companhia" ou "TEKA") é uma companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 82.636.986/0001-55 e no NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas sob o nº 42300005649. Está sediada na Rua Paulo Kuehnrich, 68, Bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau (SC).

A TEKA tem como atividade principal a indústria têxtil. Possui sua produção verticalizada, sendo conhecida mundialmente como produtora de artigos de cama, mesa e banho. Além de Blumenau (SC), possui unidade fabril em Artur Nogueira (SP).

1.1. Recuperação judicial

A TEKA protocolou pedido de recuperação judicial em 26 de outubro de 2012, sendo este distribuído para 2ª Vara cível de Blumenau e autuado sob o nº 0023674-23.2012.8.24.0008. Participam também do pleito de recuperação as empresas Teka Têxtil S/A, Cerro Azul Participações e Administração Ltda., Teka Investimentos Ltda. e FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda. Através da Assembleia Geral de Credores realizada 02 de outubro de 2013 o plano foi aprovado, sendo homologado pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau em 30 de outubro de 2013.

A decisão de ingressar com o pedido de recuperação judicial objetiva, em síntese, (i) proceder ao reescalonamento do passivo, permitindo a sua futura quitação; (ii) permitir o ingresso de fluxo de caixa para manter e fomentar as atividades; (iii) alienar determinados bens tidos por não essenciais às atividades econômicas e; (iv) obter novos recursos junto ao mercado para acelerar a recuperação.

Dentre as condições de adimplemento previstas, em síntese, citam-se as condições de tratamento dos créditos quirografários, com privilégio especial, geral ou subordinados, as quais preveem a emissão de debêntures em até 60 (sessenta) dias contados da aprovação do plano, resgatáveis no 12º ano, com correção anual, a partir da emissão, pela TJLP e remuneração, também anual, a taxa de 1,5%.

Após efetivada a homologação do plano, foram interpostos Agravos de Instrumento, com oposição à decisão que homologou aquele.

Em agosto de 2018 foi interposto Recurso Especial contra a decisão que deu provimento ao Agravo de Instrumento, sendo que foi negado seguimento a referido Recurso Especial, interpondo-se, assim, Agravo, o qual não foi conhecido, sendo interposto Agravo Interno. Tal recurso (Agravo Interno) não foi provido, ocorrendo a interposição de Embargos Declaratórios, os quais restaram rejeitados, pelo que foi manejado Recurso Extraordinário, restando este inadmitido, ocorrendo, assim, a interposição de embargos, os quais restaram rejeitados, ocorrendo o manejo de agravo. A tal agravo foi negado provimento, operando-se, pois, o encerramento da insurgência recursal.

Ainda quanto ao tema, consoante decisão proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, restou determinado, cautelarmente, o afastamento do Diretor Presidente da Companhia, Sr. Frederico Kuehnrich Neto, sendo indicada, também pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, a Gestora Judicial Fabiane Paula Esvicero para exercer o encargo. Tais determinações judiciais, como nela igualmente foi ordenado, foram noticiadas ao Conselho de Administração, sendo que a Gestora Judicial manifestou ao Juízo sua aceitação.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outrossim, contra a decisão do afastamento, foi interposto Agravo de Instrumento pelo Sr. Frederico, o qual, junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, foi autuado sob o número 4025521-06.2018.8.24.0000, sendo que, em 25 de janeiro de 2019, restou parcialmente deferido o pedido de efeito suspensivo, determinando-se a convocação de assembleia-geral de credores para designação do substituto do agravante (Sr. Frederico).

Tal decisão, ao apreciar a questão do afastamento do Sr. Frederico, concluiu pelo acerto da deliberação proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, concluindo, pois, pela manutenção do afastamento do Sr. Frederico.

Necessário ainda esclarecer que a decisão proferida no "Recurso" não afastou da Companhia ou alterou a condição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para atuar diretamente e em conjunto com a presidência da TEKA, cujo encargo, até a deliberação da assembleia supracitada, será exercido pela Administradora Judicial.

Importa ainda esclarecer que a decisão proferida no "Recurso" também não alterou a condição da Srta. Fabiane como Diretora de Relações com Investidores, cujo exercício foi autorizado por despacho proferido em 12 de novembro de 2018, pelo Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008.

Referido recurso (Al n. 4025521-06.2018.8.24.0000), em 25 de setembro de 2020, teve parcial provimento apenas para confirmar a liminar de fls.7.166/7.177, validando-se a determinação de convocação da assembleia-geral de credores para eleição do substituto da parte agravante (Sr. Frederico).

Importa ainda mencionar que, consoante decisão proferida pelo r. Juízo da 2ª Vara Cível de Blumenau, no processo número 0023674-23.2012.8.24.0008, seria realizada, no dia 20 de maio de 2019, ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES, no Ginásio Sebastião Cruz (Galegão), situado na Rua Alberto Stein, s/n., próximo ao Parque Vila Germânica, Bairro Velha, Blumenau/SC.

Todavia, a realização de tal AGC, através da decisão proferida pelo TJSC no 4014278-31.2019.8.24.0000, em que figura como Agravante a PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, restou cancelada. A este recurso foi negado seguimento em virtude da perda superveniente de seu objeto.

Em cumprimento a decisão proferida no agravo supracitado, foi designada nova data para realização da AGC, sendo esta realizada em 10 de junho de 2019, ocorrendo a eleição da Srta. Fabiane Paula Esvicero para o cargo de Diretora Presidente.

No que se refere a AGC, em 07/08/2019, nos autos da RJ, foi, entre outros temas abordados, proferida a seguinte decisão:

"I - Às fls. 13.915/13.930 a Administradora Judicial apresentou ata da Assembleia Geral de Credores e documentos e requereu sua homologação.

Com vista dos autos, o Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 14.088).

DEFIRO o pedido e **HOMOLOGO** a decisão proferida pela Assembleia Geral de Credores na qual elegeu a Senhora **Fabiane Paula Esvicero** para o cargo de Diretora Presidente das Recuperandas (fls. 13.931/13.942)."

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Oportuno ainda destacar a tramitação do Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica n. 0009640-96.2019.8.24.0008.

Ainda quanto ao incidente, importa mencionar que foi deferida a inclusão da empresa Administradora Bonsucesso Ltda.

Outrossim, também importa mencionar que, em face da decisão proferida no agravo de instrumento número 4026265-64.2019.8.24.0000, a Teka promoveu cumprimento de sentença CLARO PARTICIPACOES LTDA.contra MONTE 03.277.322/0001-70, CELL **PARTICIPACOES** Ε ADMINISTRACAO LTDA.-80.099.294/0001-90, R.M.M.F. PARTICIPACOES LTDA.- 81.625.220/0001-02 e ROLF KUEHNRICH-003.719.209-49. reclamando o pagamento da quantia de R\$ 7.529.315,84.

Em referido cumprimento de sentença foi proferida a seguinte decisão:

"Oficie-se à B3, através dos endereços eletrônicos informados pela parte exequente (operacaobalcao@b3.com.br e depositaria.listados@b3.com.br), solicitando o bloqueio das ações ordinárias - que compõe a posição acionária da empresa Teka Tecelagem - em nome das empresas Monte Claro Participações Ltda., RMMF Participações Ltda., CELL Participações e Administração Ltda. e Rolf Kuehnrich.

As ações da TEKA3, em nome das empresas citadas, deverão ser bloqueadas e impedidas de serem negociadas na Bolsa de Valores até novo comando judicial.

Determina-se, ainda, que a B3 informe o total bloqueado e o valor correspondente na data do bloqueio.

Com a resposta do ofício, lavre-se o termo de penhora das ações, observando-se a quantidade e valor informados pela B3.

Da penhora, intimem-se as partes para se manifestarem, em quinze dias."

Ainda em relação ao cumprimento supracitado, importa informar que foi determinado pelo Juízo à B3 que "...apresente informações claras acerca da comercialização das ações de propriedade de MONTE CLARO PARTICIPAÇÕES LTDA. (CNPJ sob o n. 03.277.322/0001-70), R.M.M.F. PARTICIPAÇÕES LTDA, (CNPJ sob o n. 81.625.220/0001-02) e ROLF KUEHNRICH, (o CPF sob o n. 003.719.209-49), devendo comprovar nos autos quando foram comercializadas, qual o valor de venda e quem as adquiriu..."

Como consta das manifestações anteriores, os efeitos da recuperação não vinham sendo aplicados nos registros contábeis.

Todavia, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, abaixo parcialmente reproduzido (grifado), a CVM assim se manifestou:

- "a) A Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes **e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial**.
- b) Conforme dispõe o artigo 58 da Lei 11.101/2005 (Lei de Falências e Recuperação Judicial) "Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano (...) tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei". Sendo assim, uma vez que, de acordo com a companhia houve "aprovação do Plano pela Assembleia de Credores realizada em 02 de Outubro daquele mesmo ano (2013)", aplica-se o disposto no artigo 61 da referida lei, segundo o qual "Proferida a decisão prevista no art. 58

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desta Lei, o devedor permanecerá em recuperação judicial até que se cumpram todas as obrigações previstas no plano que se vencerem até 2 (dois) anos depois da concessão da recuperação judicial". Dessa forma, uma vez vigente o Plano de Recuperação Judicial, sua aplicação é imediata.

- c) Por conseguinte, a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano de Recuperação Judicial e com as normas contábeis vigentes e aplicáveis para Companhias Abertas, conforme disposições constantes na Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações).
- d) Não há conflito entre a Lei 6.404/1976 e a Lei 11.101/2005, uma vez que ambas são aplicáveis a companhias abertas e a segunda, apenas para aquelas em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial.
- e) Uma vez dentro do Regime de Recuperação Judicial, o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano de Recuperação Judicial.
- f) Os efeitos da Recuperação Judicial são contados a partir da decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, nos termos do supramencionado artigo 61 da Lei 11.101/2005.
- g) O regime contábil a ser adotado pela Companhia deve estar em conformidade com as normas contábeis vigentes sem prejuízo de observância à disposição das normas gerais aplicáveis a Companhias Abertas.
- h) É imprescindível que a Companhia em Recuperação Judicial elabore seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial. Seguindo a orientação da CVM, inobstante o entendimento acima exposto, conclui-se

que, para efeitos contábeis, o Plano de Recuperação Judicial tem sua aplicação imediata, sendo que a retratação da situação contábil da Companhia deve estar em concordância com seu Plano e o reconhecimento das obrigações da Companhia deve ser feito em estrita consonância com o que dispõe o Plano, ou seja, a Companhia em Recuperação Judicial deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base no Plano de Recuperação Judicial.

Desta forma, considerando a manifestação da CVM, bem como a obrigatoriedade de transparência, todo o tratamento contábil do passivo contido na RJ foi efetuado com base no próprio plano, dele se extraindo as condições de classificação e atualização dos débitos.

Em relação as habilitações trabalhistas, até 03/2023 o total de pagamentos realizados é de 2.725 num montante de R\$ 9.929 referente 1.960 habilitações, sendo que destas o total de 391 estão quitadas em sua totalidade.

De acordo com o Plano de Recuperação Judicial a posição financeira dos credores é a seguinte:

Classe Credora	Edital	Variação	31/03/2023
Quirografários/Trabalhistas	382.841	239.464	622.305
Garantia real	158.760	89.478	248.238
	541.601	328.942	870.543

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade com relação às normas de IFRS e às normas do CPC

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB, e evidenciam todas as informações relevantes. As demonstrações financeiras estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão e foram preparadas considerando a continuidade normal dos negócios.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 27 de abril de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d) <u>Uso de estimativas e julgamentos</u>

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

3. Principais políticas contábeis

3.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2023.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta, a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

 A Companhia inclui em sua consolidação todas as sociedades controladas nas quais a controladora, direta ou indireta, possui influência significativa que assegurem aos seus acionistas de modo permanente e preponderante o poder de eleger a maioria dos administradores.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes e padronizadas com o propósito de apresentação, classificação e mensuração uniformes.
- Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo, entre esses:
- a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as empresas incluídas na consolidação e eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação.
- b) Eliminação das parcelas dos resultados do exercício, dos lucros ou prejuízos acumulados e do custo de estoques ou do ativo não circulante que corresponderem a resultados, ainda não realizados, de negócios entre as sociedades.
- c) Eliminação do investimento relevante na proporção de seu respectivo patrimônio.
- Reconhecimento de prejuízos de empresas controladas atribuíveis à controladora que excedam o valor da participação até o limite do valor do investimento, exceto quando a controladora tem a obrigação ou intenção de cobrir estes prejuízos.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da TEKA e suas controladas em 31 de março de 2023, apresentadas abaixo:

		Participação (%)			
		31/03	/23	31/12	/22
	País	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Teka Têxtil S.A.	Brasil	·	99,99%		99,99%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	90,00%	-	90,00%	-
Cerro Azul Part.e Adm. Ltda	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
Teka Paraguay	Paraguai	99,00%	-	99,00%	-
Teka Europalager	Alemanha	100,00%	-	100,00%	-
Teka Investimentos Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	Brasil	-	99,99%	-	99,99%
Salerna Holding Gmbh	Áustria	100,00%	-	100,00%	-

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

3.2 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real.

(a) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação.

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

Itens não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes acumulados de conversão.

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas médias de câmbio.

As variações cambiais decorrentes desta diferente forma de apresentação, são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

3.3 Instrumentos financeiros

Tipos de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- Empréstimos e recebíveis.
- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Disponíveis para venda.
- Mantidos até o vencimento.

Em 31 de março de 2023 a Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e nem como mantidos até o vencimento.

Os passivos financeiros podem ser classificados como:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado.
- Outros passivos financeiros.

Classificação

Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Enquadram-se nessa categoria os ativos e passivos financeiros que satisfazem a qualquer uma das seguintes condições:

- São mantidos para negociação: casos de instrumentos financeiros com a finalidade de venda ou recompra em prazos curtos e dos derivativos, exceto em eventuais situações de hedge accounting, que atualmente não é adotado.
- São designados no reconhecimento inicial como mensurados ao valor justo por meio de resultado, pois a estratégia documentada de investimento e de gerenciamento de risco desse instrumento é realizada com base no valor justo.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:

- Aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa: este grupo abrange as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- Títulos e valores mobiliários: incluem-se neste grupo os títulos e valores mobiliários adquiridos pela Companhia e por suas controladas, com a finalidade de venda ou de recompra, os quais não atendem à definição de caixa e equivalentes de caixa.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Depósitos vinculados: representam as aplicações feitas pela Companhia ou suas controladas em CDBs dados como garantia.
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.
 Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado da Companhia e de suas controladas são exemplificados por:
- Instrumentos financeiros derivativos contratados para proteger riscos.

Outros passivos financeiros

Os passivos financeiros que não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado são classificados como outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros da Companhia e de suas controladas são exemplificados através de:

- Fornecedores.
- Contas a pagar a empresas ligadas e a terceiros.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar.

Reconhecimento e mensuração

Todos os instrumentos financeiros foram reconhecidos no balanço da Companhia e de suas controladas, tanto no ativo quanto no passivo, tendo sido mensurados inicialmente pelo valor justo.

Após o reconhecimento inicial, e de acordo com a sua classificação:

- Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são estimados pelo seu valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado.
- Os empréstimos e recebíveis e os outros passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.4 Estoques

São avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados ao custo de reposição e ao valor líquido de realização, quando aplicável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção, baseados na ocupação normal da capacidade e não inclui o custo de empréstimos e financiamentos.

Os estoques importados que se encontram em trânsito são reconhecidos a partir da data que o fornecedor despacha os produtos para a Companhia.

As provisões de estoques para realização (redução a valor de mercado) e para estoques de baixo giro e/ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.5 Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos, a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado a valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos, de responsabilidade da Companhia.

A provisão de recuperabilidade do Contas a receber é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber. Os critérios adotados para sua constituição estão detalhados na relativa nota explicativa.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não procedeu ao registro do ajuste a valor presente.

3.8 Investimento em controladas

As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia e até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora essas informações são registradas através do método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento nas controladas é registrado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

Notas explicativas ás demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, quando aplicável, deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear de acordo com as taxas descritas na nota explicativa específica. A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens do ativo imobilizado.

O imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis.

3.10 Intangível

Ativos intangíveis, hoje representados por Licenças de Softwares, adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados pelo custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de alterações no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

3.11 Redução ao valor recuperável impairment

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo do imobilizado e intangível para verificação de possíveis reduções em seu valor de recuperação consideradas permanentes, no mínimo anualmente e sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro.

3.12 Provisões

Geral

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação ou potencial obrigação legal ou não formalizada, presente como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A provisão para contingências é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis e atualizadas até as datas dos balanços, e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para contingências estão descritos na nota explicativa correspondente.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.13 Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a recolher para as autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada anualmente a 30% do lucro real e são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e das diferenças temporárias ativas e passivas. Tais impostos encontram-se suportados por estudo de geração futura de resultados tributáveis que faz parte do plano de recuperação judicial.

O registro desses tributos diferidos levou em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis, assim como as expectativas de realização das diferenças temporárias ativas e passivas, e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária, conforme demonstrado na nota explicativa do imposto de renda.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.14 Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Servicos (ICMS) de 0% a 20%;
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de 0% a 10%;
- Programa de Integração Social (PIS) de 0% a 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) de 0% a 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 5%.

Nas demonstrações de resultado, as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

3.15 Operações com instrumentos derivativos

Em 31 de março de 2023 a Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros contratados.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16 Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.17 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

3.18 Capital social

Ações ordinárias e preferenciais

São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos em uma conta redutora do capital social, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.19 Resultado por ação

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia, e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período, considerando, quando aplicável, ajustes de desdobramento ocorridos no período ou no evento subsequente capturado na preparação das Demonstrações Financeiras.

3.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

3.21 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

A receita de vendas compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como, após a eliminação das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando:

- o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.22 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.23 Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

4. Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização.

Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perdas estimadas nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobrir a perda provável.

TEKA – Tecelagem Kuehnrich S.A. - em recuperação judicial

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outras políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas;
- Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados; e
- Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos;

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Caixa	7	7	45	41
Bancos conta movimento	83	395	153	510
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	90	402	198	551

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Contas a receber de clientes

A composição e saldo de contas a receber, e sua distribuição por faixa de vencimento, é como seque:

	Controlad	ora	Consolida	ido
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Contas a receber clientes mercado interno	72.329	71.603	70.670	70.019
Contas a receber clientes mercado externo	3.028	1.824	3.056	1.852
Impairment (provisão para perdas)	(12.409)	(13.659)	(12.447)	(13.702)
Parcela circulante	62.948	59.768	61.279	58.169
Total Geral	62.948	59.768	61.279	58.169
	Controlac	lora	Consolid	ado
Aging list contas a receber de clientes	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Vencidos	1.428	1.488	1.525	1.663
A vencer em até 3 meses	51.126	51.687	49.359	49.913
A vencer entre 3 e 6 meses	10.394	6.589	10.395	6.589
A vencer entre 6 meses e 1 ano	-	4	-	4
Contas a receber de clientes	62.948	59.768	61.279	58.169
	Controlad	lora	Consolid	ado
Contas a receber por tipo de moeda	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Reais	60.395	58.431	58.698	56.804
US\$	2.553	1.337	2.553	1.337
Euros	-	-	28	28
Contas a receber de clientes	62.948	59.768	61.279	58.169

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas duplicatas em atraso acima de 180 dias e na análise individual dos valores relevantes em atraso.

Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7. Estoques

Controlac	lora	Consolidado		
31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22	
15.620	16.196	15.620	16.196	
22.937	20.898	22.937	20.898	
6.174	7.665	6.174	7.665	
669	636	1.554	1.487	
(1.848)	(2.490)	(1.848)	(2.490)	
43.552	42.905	44.437	43.756	
	31/03/23 15.620 22.937 6.174 669 (1.848)	15.620 16.196 22.937 20.898 6.174 7.665 669 636 (1.848) (2.490)	31/03/23 31/12/22 31/03/23 15.620 16.196 15.620 22.937 20.898 22.937 6.174 7.665 6.174 669 636 1.554 (1.848) (2.490) (1.848)	

A provisão para estoques obsoletos é avaliada com base nos estoques sem giro acima de 180 dias. A provisão para redução a valor de mercado dos estoques é realizada quando os custos dos estoques estão superiores aos valores de vendas dos produtos finais aos clientes.

Até 31/03/2023, R\$ 51 foram registrados no resultado como perda de itens obsoletos ou danificados (R\$ 58 como reversão de perda de itens obsoletos ou danificados até 31/03/2022), e R\$ 693 como reversão de ajuste a valor de mercado (R\$ 694 como reversão de ajuste a valor de mercado até 31/03/2022).

8. Tributos a recuperar

	Controlac	lora	Consolid	ado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
ICMS	3	1	39	67
IPI	245	225	245	225
PIS/COFINS	-	-	396	390
Crédito reintegra	21	-	21	-
Outros	3.455	74	3.491	110
Parcela circulante	3.724	300	4.192	792
ICMS	222	243	222	243
PIS/COFINS	21	26	21	26
INCRA	2.009	2.009	2.009	2.009
IRPJ/CSLL	782.240	769.912	782.240	769.912
Parcela não circulante	784.492	772.190	784.492	772.190

Em 08 de dezembro de 2005, a Companhia ingressou com Ação Declaratória contra a União Federal (Fazenda Nacional), processo 2005.34.00.036880-5, nova numeração 0036337-32.2005.4.01.3400, objetivando afastar a limitação imposta à compensação dos saldos negativos de imposto de renda das pessoas jurídicas e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos da mesma espécie, possibilitando a compensação com outros tributos arrecadados pela Receita Federal do Brasil. Por este pleito, em 13 de novembro de 2011 a Companhia obteve sentença com trânsito em julgado, motivo pelo qual os valores foram registrados no balanço da TEKA.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Investimento em controladas

A movimentação patrimonial em 31 de março de 2023 está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2022	42.320
Equivalência patrimonial:	
Participação nos resultados	(226)
Ganhos ou perdas de capital	(13)
Ajustes acumulados de conversão	(187)
Em 31 de março de 2023	41.894

				Patrimônio			
Nome	País	Ativos	Passivos	Líquido	Receita Bruta	Resultado	Participação
Em 31 de dezembro de 2022							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	52.690	17.949	34.741	-	(893)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	2	1	1	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	7.654	-	7.654	-	6	99,0000%
		60.346	17.950	42.396	-	(887)	
Em 31 de março de 2023							
Teka Têxtil S.A.	Brasil	52.363	17.856	34.507	-	(234)	99,9999%
Tecelagem Kuehnrich	Argentina	2	1	1	-	-	90,0000%
Teka Paraguay	Paraguai	7.461	-	7.461	-	8	99,0000%
		59.826	17.857	41.969	-	(226)	

10. Imobilizado

A movimentação patrimonial em 31 de março de 2023 está demonstrada a seguir:

O montante de R\$ 652 (R\$ 665 em 2022) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de custo dos produtos vendidos, o montante de R\$ 67 (R\$ 47 em 2022) como despesas administrativas e o montante de R\$ 3 (R\$ 2 em 2022) como despesas com vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Edifícações	Maquinas	Ferramentas	Equip Proc	Móveis e			lmobiliz.	
Controladora	Terrenos	e Instalaçoes	e Equip.	e Utensílios	Dados	Utensílios	Veículos	Outros	Andam.	Total
Taxas cfe. Política de vida útil		2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%		
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	28.662	83.092	120.022	9.875	3.826	1.745	789	92	425	248.528
Dep. Acum. e Impairment	-	(37.053)	(76.640)	(9.379)	(2.651)	(1.470)	(587)	(44)	-	(127.824)
Valor líquido contábil	28.662	46.039	43.382	496	1.175	275	202	48	425	120.704
•										
Saldo Inicial	28.662	46.039	43.382	496	1.175	275	202	48	425	120.704
Adições	-	-	56	-	8	2	-	-	522	588
Baixas	-	-	(818)	(58)	(127)	(14)	(26)	-	(17)	(1.060)
Reversão de Impairment	-	-	23	-	-	-	-	-	-	23
Reclassificações	-	(254)	(30)	-	-	-	-	-	-	(284)
Depreciação	-	(185)	(451)	(7)	(69)	(4)	(1)	(5)	-	(722)
Baixas da Depreciação	-	-	529	55	127	14	26	-	-	751
Saldo Final	28.662	45.600	42.691	486	1.114	273	201	43	930	120.000
Em 31 de março de 2023										
Custo	28.662	83.092	119.260	9.817	3.707	1.733	763	92	930	248.056
Dep. Acum. e Impairment	-	(37.492)	(76.569)	(9.331)	(2.593)	(1.460)	(562)	(49)	-	(128.056)
Valor líquido contábil	28.662	45.600	42.691	486	1.114	273	201	43	930	120.000

		Edificações	Maquinas	Ferramentas	Equip Proc	Móveis e			lmobiliz.	
Consolidado	Terrenos	e Instalações	e Equip.	e Utensílios	Dados	Utensílios	Veículos	Outros	Andam.	Total
Taxas cfe. Política de vida útil		2%	2,22%	3,33%	20%	3,33%	10%	5%		
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo	46.724	132.027	154.966	10.197	3.845	1.857	789	92	425	350.922
Dep. Acum. e Impairment	-	(61.953)	(101.212)	(9.645)	(2.661)	(1.558)	(587)	(44)	-	(177.660)
Valor líquido contábil	46.724	70.074	53.754	552	1.184	299	202	48	425	173.262
Saldo Inicial	46.724	70.074	53.754	552	1.184	299	202	48	425	173.262
Adições	-	-	56	-	8	2	-	-	522	588
Baixas	-	-	(876)	(58)	(127)	(14)	(26)	-	(17)	(1.118)
Reversão de Impairment	-	-	64	-	-	-	-	-	-	64
Reclassificações	-	(254)	(31)	-	-	-	-	-	-	(285)
Depreciação	-	(438)	(569)	(9)	(70)	(6)	(1)	(5)	-	(1.098)
Baixas da Depreciação	-	-	545	55	127	14	26	-	-	767
Saldo Final	46.724	69.382	52.943	540	1.122	295	201	43	930	172.180
Em 31 de março de 2023										
Custo	46.724	132.027	154.146	10.139	3.726	1.845	763	92	930	350.392
Dep. Acum. e Impairment	-	(62.645)	(101.203)	(9.599)	(2.604)	(1.550)	(562)	(49)	-	(178.212)
Valor líquido contábil	46.724	69.382	52.943	540	1.122	295	201	43	930	172.180

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 169 milhões (R\$ 171 milhões em 31/12/2022).

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A base adotada para determinar o cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

A Companhia registrou reversão de *impairment* devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda, cujos valores e critérios estão detalhados na nota 28. Desta forma em 31 de março de 2023 o montante acumulado de *impairment* é de R\$ 2.835 na controladora e R\$ 2.850 no consolidado.

11. Intangível

Controladora/Consolidado	Direito e Uso	Softwares	Implantação ERP	Total
Vida Útil Estimada (anos)	5	5	5	
Em 31 de dezembro de 2022				
Custo	843	617	7.307	8.767
Amortização Acumulada	(720)	(519)	(7.281)	(8.520)
Valor líquido contábil	123	98	26	247
Saldo Inicial	123	98	26	247
Adições	-	1	-	1
Amortização	(6)	(7)	(6)	(19)
Saldo Final	117	92	20	229
Em 31 de março de 2023				
Custo	843	618	7.307	8.768
Amortização Acumulada	(726)	(526)	(7.287)	(8.539)
Valor líquido contábil	117	92	20	229

12. Fornecedores

	Controladora		Consolida	ido
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Mercado interno	60.934	61.347	61.003	61.409
Prov.juros mercado interno	35.859	35.339	35.969	35.449
Fornec.sujeitos à rec.judicial	357.599	350.751	359.201	352.322
Parcela circulante	454.392	447.437	456.173	449.180
Total Geral	454.392	447.437	456.173	449.180
	Controla	dora	Consolid	dado
Aging list fornecedores	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Vencidos	72.284	73.797	73.223	74.501
A vencer em até 3 meses	24.294	22.852	23.534	22.320
A vencer entre 3 e 6 meses	213	33	213	33
A vencer entre 6 meses e 1 ano	2	4	2	4
Fornec.sujeitos à rec.judicial	357.599	350.751	359.201	352.322
•	454.392	447.437	456.173	449.180

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controlac	dora	Consolid	ado
Fornecedores por tipo de moeda	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Real	454.392	447.437	456.173	449.180
	454.392	447.437	456.173	449.180

Os principais produtos adquiridos, essenciais para o negócio da Companhia são: algodão, fios, produtos químicos e embalagens.

13. Obrigações sociais

	Controlac	lora	Consolidado		
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22	
Obrigações sociais	868.962	858.300	906.629	895.438	
Obrigações trabalhistas	21.801	21.492	22.265	21.964	
Parcela circulante	890.763	879.792	928.894	917.402	

14. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolid	ado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Obrigações fiscais federais	246.005	239.766	274.931	268.312
Obrigações fiscais estaduais	131.955	130.464	131.955	130.492
Obrigações fiscais municipais	43.286	40.176	43.287	40.176
Parcela circulante	421.246	410.406	450.173	438.980
Obrigações fiscais estaduais	11.587	11.850	11.587	11.850
Parcela não circulante	11.587	11.850	11.587	11.850

ICMS na base de cálculo PIS e COFINS

Consoante decisões proferidas no processo número 2005.61.00.009886-2 (TRF3), no qual foi certificado o trânsito em Julho de 2018, restou assegurado a TEKA a não inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS e do PIS.

Também restou assegurado o direito à compensação das diferenças recolhidas a maior, as quais devem ser compensadas nos termos da Lei nº 10.637, de 30/12/2002 (que modificou a Lei nº 9.430/96) e suas alterações, considerando-se prescritos os créditos oriundos dos recolhimentos efetuados em data anterior há dez anos, contados retroativamente do ajuizamento da ação. A ação foi proposta em 14/06/2005.

MP 470

Consonante a decisão proferida no REsp 1490162, foi assegurado a Companhia o aproveitamento da decisão favorável obtida no Mandado de Segurança 5001733-31.2010.4.04.7205, o qual garantiu-lhe o direito de ter examinado seu pedido de parcelamento ou pagamento à vista de débitos, feito conforme moldes delineados na Portaria Conjunta

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PGFN/RNB nº 9 de 30 de Outubro de 2009, nas condições previstas no Art. 3ª §2º da Medida Provisória nº 470 de 13 de Outubro de 2009.

Com isso, restou assegurada a liquidação de débitos fiscais federais com uso de Prejuízo Fiscal e base negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido próprios, devidamente declarados à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no montante de aproximadamente R\$ 66 milhões.

De outro lado, sem prejuízo da efetiva liquidação dos débitos correspondentes já promovida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, aguarda-se, para fins de reconhecimento contábil dos efeitos desta ação, o desfecho da discussão travada nos autos do processo nº 0001738-18.2015.4.01.3400 (nota explicativa 8), no qual foram periciados os créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social sobre Lucro Líquido como um todo, de modo que os ajustes de baixa de valores não conflite com a ordem judicial a ser proferida.

15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora		Consoli	dado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Capital de giro	88.126	90.132	88.126	90.132
BRDE	12.910	12.910	12.910	12.910
Debêntures	288	278	288	278
Sujeitos à recup.judicial	405.066	397.283	405.066	397.283
Parcela Circulante	506.390	500.603	506.390	500.603
Debêntures	2.643	2.600	2.643	2.600
Parcela não circulante	2.643	2.600	2.643	2.600
	509.033	503.203	509.033	503.203

Taxas

Capital de giro 1 a 2,49% a.m. / 1% a.m.+INPC / 1 a 2,30% a.m.+IGPM / TR+0,50% a.m.

BRDE TJLP + 7,00% a.a.
Debêntures TJLP + 1,50% a.a.
Sujeitos à recup.judicial TJLP + 1,50% a.a.

	Controla	Controladora		dado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Por data de vencimento				
Vencidos	37.784	38.154	37.784	38.154
Em até 6 meses	52.321	53.828	52.321	53.828
De 6 meses a 1 ano	11.219	11.338	11.219	11.338
Acima de 1 ano	2.643	2.600	2.643	2.600
Sujeitos à recup.judicial	405.066	397.283	405.066	397.283
	509.033	503.203	509.033	503.203

	Controla	Controladora		dado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Por tipo de moeda				
Reais	508.908	502.380	508.908	502.380
US\$	125	823	125	823
	509.033	503.203	509.033	503.203

Garantias e avais

Em garantia aos empréstimos obtidos, foram concedidos avais e alienação de bens do ativo imobilizado no total de R\$ 169 milhões (R\$ 171 milhões em 31/12/2022).

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<u>Debêntures</u>

No Plano de Recuperação há a previsão de emissão de Debêntures a credores. No exercício de 2016 a Companhia iniciou o processo de entrega, cujo montante original de R\$ 1.521 (atualizado R\$ 2.643) até 31/03/2023 está reconhecido na rubrica Debêntures no Longo Prazo.

16. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

Em 31 de março de 2023 a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no balanço era a seguinte:

	Controlad	lora	Consolida	ado
Passivo	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
IRPJ sobre diferenças temporárias	21.740	21.934	34.689	34.973
CSLL sobre diferenças temporárias	7.827	7.897	12.488	12.590
Parcela não circulante	29.567	29.831	47.177	47.563

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON, aprovados pela Deliberação CVM nº 273 de 20/08/98 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros aprovados pelo Conselho de Administração.

b) Despesas com tributos sobre o lucro

A seguir são apresentados os encargos com tributos sobre o lucro registrado no resultado dos períodos:

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Control	Controladora		dado
Conciliação IRPJ/CSLL do resultado	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Resultado antes dos impostos	(35.347)	(38.525)	(35.469)	(38.696)
Imposto à alíquota corrente	34%	34%	34%	34%
Total de crédito tributário (prejuízo fiscal e base negativa não contabilizados)	12.018	13.099	12.059	13.157
Conciliação de Impostos Diferidos				
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Reserva reavaliação	187	407	251	479
Realização IR/CS sobre diferenças temporárias - Custo atribuído	77	154	112	223
Constituição IR/CS sobre diferenças temporárias - Revisão vida útil	-	-	23	30
IRPJ/CSLL do resultado do período	264	561	386	732

17. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia mantém provisões para contingências fiscais, cíveis, trabalhistas e administrativas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco provável pelos assessores jurídicos externos. Porém no processo de reestruturação que a Companhia enfrenta desde a recuperação judicial, há reflexos como um alto *turnover* de consultores jurídicos que impacta diretamente no controle detalhado dos processos contingentes. Desde 2018 a Companhia envida esforços a fim de ter no detalhe o acompanhamento de cada processo, e, no decorrer do ano de 2022 com a evolução dos trabalhos realizados, significativos ajustes foram realizados na posição patrimonial apresentada.

Cabe ressaltar que este trabalho ainda não está concluído devido ao alto volume de litígios. Portanto, abaixo divulgamos nossa melhor estimativa com as perdas prováveis e possíveis das contingências.

A posição em 31 de março de 2023 das contingências fiscais, cíveis e trabalhistas e sua movimentação no período encontra-se abaixo:

		Previdenciárias		
Controladora	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	122.920	20.369	439.728
Constituída durante o período	4.518	3.839		8.357
Atualização	4.625	3.180	21	7.826
Provisões utilizadas		(2.420)		(2.420)
Em 31 de março de 2023	305.582	127.519	20.390	453.491
		Previdenciárias		
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	-	30.830	-	30.830
Parcela de longo prazo	305.582	96.689	20.390	422.661
Em 31 de março de 2023	305.582	127.519	20.390	453.491

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Previdenciárias		
Consolidado	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2022	296.439	123.576	20.369	440.384
Constituída durante o período	4.518	3.892		8.410
Atualização	4.625	3.179	21	7.825
Provisões utilizadas		(2.444)		(2.444)
Em 31 de março de 2023	305.582	128.203	20.390	454.175
		Previdenciárias		
	Fiscais	e trabalhistas	Cíveis	Total
Parcela de curto prazo	-	31.514	-	31.514
Parcela de longo prazo	305.582	96.689	20.390	422.661

O saldo das provisões é atualizado pelos seguintes critérios: contingências tributárias são atualizadas pela variação da taxa SELIC no período, cíveis pela variação do IGP-M/INPC, e trabalhistas por índice próprio, fornecido pela Justiça do Trabalho.

305.582

128.203

20.390

454.175

Resumo dos principais objetos vinculados aos passivos contingentes

FISCAIS

Em 31 de março de 2023

ICMS

Ações relacionadas a autuações fiscais, cujo objeto de discussão é a utilização de créditos diversos, basicamente decorrentes de uso e consumo, bonificações, produtos por encomendas e sobre encargos financeiros.

COFINS

Relativas a ações que discutem a incidência sobre as receitas e ingressos diversos de faturamento (produto das vendas de mercadorias e/ou serviços).

Demais ações estão relacionadas a diversas autuações sobre tributos federais, estaduais e municipais, decorrentes, dentre eles, de glosas efetuadas na apuração dos tributos e divergências quanto as obrigações acessórias.

PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

<u>INSS</u>

Estas ações estão pautadas na perda provável de discussão sobre verbas de caráter indenizatório que não deveriam incidir na base de cálculo do salário de contribuição.

TRABALHISTAS

Referem-se a pedidos diversos em ações decorrentes de contrato de trabalho, dentre estas diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, danos moral e material.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CIVEIS

As principais contingências cíveis referem-se a acões de execução movidas por entidades bancárias e tem por base cédulas de crédito, acordos e confissões de dívida firmados entre as partes. A maioria destas ações encontra-se em grau de recurso, não havendo decisão final. Há outras em valores menos significativos que se referem a indenização por danos morais e materiais, ações de cobrança, entre outras.

Juizados Especiais Cíveis – questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.

Demais ações - referem-se a diversas ações em curso abrangendo principalmente reclamações de clientes, indenização por danos morais, rescisões de contratos, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Perdas possíveis

Adicionalmente às provisões registradas, existem outros passivos contingentes que estão em discussão, R\$ 37.499 em causas cíveis, R\$ 295.838 em causas tributárias.

Além dos registros contábeis já lançados no Passivo da Companhia de parte substancial quanto ao principal dos temas em discussão, as causas estão sendo amplamente defendidas por nossos assessores jurídicos e, considerando a perspectiva possível de perda, não há constituição de provisão.

Depósitos judiciais

	Controlad	Controladora		ado
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22
Depósitos judiciais	37.186	37.668	37.644	38.126
Parcela não circulante	37.186	37.668	37.644	38.126

Contingências ativas

Amparada na opinião de seus consultores legais, a Companhia vem pleiteando judicialmente a recuperação de certos créditos tributários, que entende ter direito. Todavia, esses créditos não se encontram reconhecidos nos registros contábeis.

Os principais temas fiscais pleiteados, para alguns dos quais há decisões favoráveis nas instâncias iniciais, e que não se encontram registrados contabilmente em 31 de março de 2023, nem tampouco para os quais foram efetuadas quaisquer compensações e/ou registros contábeis são:

Créditos de INSS/FGTS	69
	69

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Partes relacionadas

	Controladora		Consolidad		
	31/03/23	31/12/22	31/03/23	31/12/22	Encargos
Cell Participação e Adm.Ltda	10.395	10.061	17.726	17.154	103 % CDI
Partes relac.sujeitas à recup.judicial	19.018	18.653	19.018	18.653	TJLP + 1,5%a.a.
Passivo circulante	29.413	28.714	36.744	35.807	
FB Ind.e Comércio Textil Ltda	46.953	46.953	-	-	-
Teka Têxtil S.A.	4.338	4.338	-	-	-
Cerro Azul Part. E Adm. Ltda.	266	266	-	-	-
Passivo não circulante	51.557	51.557	-	•	

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições usuais estabelecidas entre as partes.

Remuneração da Administração

Conforme estabelecido, para 2023 foi atribuída à remuneração dos administradores, a seguir descritas, conforme atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

_	Controladora		Consolidado	
_	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Remuneração do conselho de administração	49	45	49	45
Remuneração da diretoria	182	176	182	176
	231	221	231	221

Neste grupo estão conselheiros de Administração e os Diretores.

19. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

O Capital Social é formado de 503.155 ações, sendo 167.915 ações ordinárias e 335.240 ações preferenciais, todas sem valor nominal, num montante de R\$ 21.945.

As ações preferenciais não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, sendo conferidas as seguintes vantagens:

- a) Prioridade no reembolso de capital no caso de liquidação da sociedade;
- b) Dividendo 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias.

Reservas de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final do exercício após a dedução das participações, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Até 31 de março de 2023 a Companhia não constituiu reserva legal.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Outros resultados abrangentes

Reservas de reavaliação e Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se à diferença entre o custo original e o custo atribuído (*Deemed Cost*) de certos bens do ativo imobilizado, que foi gerado pela adoção inicial dos CPC's e do IFRS como também por reavaliações anteriores à Lei 11.638. Os efeitos da Reserva de Reavaliação e do Ajuste de Avaliação Patrimonial são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou no caso de alienação ou baixa do ativo.

20. Resultado (prejuízo) líquido por ação

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

Resultado por Ação	Controladora		Consolidado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Numerador				
Resultado Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia				
Resultado atribuível aos detentores de ações preferenciais	(23.375)	(25.294)	(23.375)	(25.294)
Resultado atribuível aos detentores de ações ordinárias	(11.708)	(12.670)	(11.708)	(12.670)
	(35.083)	(37.964)	(35.083)	(37.964)
Denominador (em milhares de ações)				
Quantidade de ações preferenciais emitidas	335	335	335	335
Quantidade de ações ordinárias emitidas	168	168	168	168
Total	503	503	503	503
Resultado básico e diluído por ação (em Reais)				
Ação preferencial	(69,72603)	(75,45190)	(69,72603)	(75,45190)
Ação ordinária	(69,72603)	(75,45190)	(69,72603)	(75,45190)

21. Receitas de vendas

	Controladora		Consolid	dado	
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22	
Vendas mercado interno	87.579	78.889	87.862	79.168	
Vendas mercado externo	3.347	6.043	3.347	6.043	
Receita operacional bruta	90.926	84.932	91.209	85.211	
(-) Impostos sobre venda	(20.151)	(18.277)	(20.223)	(18.347)	
Receita operacional liquida	70.775	66.655	70.986	66.864	

Em 31 de março de 2023 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolid	lado
	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22
Depreciação e amortização	741	742	1.117	1.128
Despesas com folha de pagamento	16.733	15.304	16.899	15.442
Matéria-Prima e materiais gerais	45.171	42.329	45.230	42.417
Fretes, comissões e demais despesas variáveis	6.842	5.277	6.842	5.277
Resultado de Equivalência Patrimonial	226	194	-	-
Financeiras Líquidas	35.629	38.494	36.872	39.407
Outras (receitas) despesas operacionais líquidas	516	2.279	(891)	1.157
	105.858	104.619	106.069	104.828
Classificadas como				
Custos dos produtos vendidos	56.801	53.488	57.121	53.858
Despesas com vendas	8.944	6.948	9.215	7.171
Despesas gerais e administrativas	3.742	3.216	3.752	3.235
Despesas/receitas financeiras	35.629	38.494	36.872	39.407
Equivalência Patrimonial	226	194	-	-
Outras (receitas) despesas operacionais líquidas	516	2.279	(891)	1.157
	105.858	104.619	106.069	104.828

23. Resultado financeiro

	Controlad	ora	Consolidado		
Despesas financeiras	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22	
Encargos financeiros	(48.716)	(46.938)	(49.923)	(47.815)	
Variação cambial	213	1.392	213	1.422	
Outras despesas financeiras	(866)	(1.178)	(919)	(1.256)	
	(49.369)	(46.724)	(50.629)	(47.649)	
Receitas financeiras					
Juros sobre duplicatas	38	43	38	44	
Variação cambial	(64)	(683)	(64)	(683)	
Outras receitas financeiras	13.766	8.870	13.783	8.881	
	13.740	8.230	13.757	8.242	
Resultado financeiro líquido	(35.629)	(38.494)	(36.872)	(39.407)	

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24. Outras receitas e despesas

<u>-</u>	Controladora		Controladora Consolid			dado
-	31/03/23	31/03/22	31/03/23	31/03/22		
Receitas operacionais						
Crédito PIS/COFINS	5.742	-	5.742	-		
Outras receitas	616	425	612	623		
-	6.358	425	6.354	623		
Despesas operacionais						
Provisão p/contingências fiscais e previdenciárias	(4.518)	-	(4.518)	-		
Ajuste a valor recuperável do imobilizado	23	-	64	-		
Ajuste a valor recuperável dos estoques	641	752	641	752		
Ajuste ociosidade	(256)	(2.013)	(256)	(2.013)		
Outras despesas	(3.028)	(2.004)	(1.780)	(1.251)		
	(7.138)	(3.265)	(5.849)	(2.512)		

25. Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros

As operações da Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente com relação à variação da taxa de câmbio, riscos de crédito e de variações nos preços de insumos.

A administração desses riscos é efetuada por intermédio de instrumentos financeiros e estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas. Esses instrumentos financeiros, representados principalmente por disponibilidades bancárias, aplicações financeiras, contas a receber, fornecedores, empréstimos, debêntures e contas a pagar, não possuem valor de mercado diferente daqueles apresentados pelos saldos contábeis no balanço patrimonial e foram atualizados de acordo com os contratos inerentes às respectivas transações e práticas contábeis vigentes.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esse risco, as políticas de vendas da Companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e a diversificação das vendas (pulverização do risco).

A perspectiva do mercado é de que a inadimplência aumente em 2023, impulsionada por uma soma de diversos fatores, entre eles, a recessão econômica global, inflação interna, desemprego, manutenção da alta taxa de juros e a perda do poder de compra da população. Assim, com esta conjuntura, a Companhia segue critérios mais rígidos para a concessão de crédito e quando necessário, ajusta sua provisão de perdas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia são suscetíveis a sofrer variações, pois as suas contas a pagar e a receber são afetadas pela volatilidade da taxa de câmbio, principalmente do dólar americano.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções n°s 475 e 550/08 apresentamos a seguir, demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que apresentam risco associado à variação na taxa de câmbio (risco de alta do dólar).

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Exposição Cambial

-	31/03/23	Cenário I	Cenário II	Cenário III
-	Variação	-25%	25%	50%
Ativos				
Clientes no Mercado Externo	2.553	1.915	3.191	3.830
-	2.553	1.915	3.191	3.830
Passivos				
Dívida Bancária	125	94	156	188
	125	94	156	188
Exposição Líquida - R\$ Mil Exposição Líquida - US\$ Mil	(2.428) (478)	(1.821) (478)	(3.035) (478)	(3.642) (478)
Taxa Dólar	5,08	3,81	6,35	7,62

A variação de 1 ponto percentual nas taxas de juros resultaria no aumento das despesas financeiras no montante aproximado de:

Quadro Demonstrativo de Análise de Sensibilidade da Variação nas Taxas de Juros

Descrição	31/03/23	Cenário I	Risco
Passivos - Controladora			
Dívida Bancária por Taxa:			
IGPM	18.743	187	Alta IGPM
TR	532	5	Alta TR
TJLP	420.907	4.209	Alta TJLP
Outros	68.851	689	_
	509.033	5.090	_

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2023 e 2022, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos financeiros da Companhia por categoria

Os tipos e classificação dos instrumentos financeiros da Companhia, em 31/03/2023 e 31/12/2022, são apresentados a seguir:

	Controladora				Cor	ntroladora	
Ativos financeiros em 31 de março de 2023 conforme balanço patrimonial	Mensurado pelo valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Passivos financeiros em 31 de março de 2023 conforme balanço patrimonial	Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalentes		90	90	Fornecedores		454.392	454.392
Contas a receber		62.948	62.948	Emprestímos e Financiament	os	509.033	509.033
Total		63.038	63.038	Total		963.425	963.425
	Coi	ntroladora			Controladora		
Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme	Mensurado pelo valor justo por meio	Empréstimos	Tatal	Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022 conforme	Mensurados pelo valor justo por meio	Outros passivos	Tatal
balanço patrimonial	do resultado	e Recebíveis	Total	balanço patrimonial	do resultado		Total
Caixa e equivalentes		402	402	Fornecedores		447.437	447.437
Contas a receber		59.768	59.768	Emprestímos e Financiamer	ntos	503.203	503.203
Total		60.170	60.170	Total		950.640	950.640

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade da *commoditie* algodão. Suas atividades operacionais requerem aquisição e produção em continuidade de produtos têxteis e, portanto, requerem fornecimento contínuo de algodão.

26. Informações por segmento

As informações por segmento estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 – Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM 582/09. A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base no modelo de organização e gestão aprovadas pelo Conselho de Administração, contendo as seguintes áreas:

Em 31 de março de 2023	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	70.775	1.648	1.423	73.846
Receita entre segmentos	(1.212)	(1.648)	-	(2.860)
Receita de clientes externos	69.563	-	1.423	70.986
Depreciação e amortização	(741)	(45)	(331)	(1.117)
Receitas financeiras	13.740	-	17	13.757
Despesas financeiras	(49.361)	(1.192)	(76)	(50.629)
Provisão IRPJ e CSLL	264	17	105	386
Resultado líquido do período	(33.558)	(1.221)	(304)	(35.083)
Ativo total	1.065.962	4.246	49.238	1.119.446
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	589	-	-	589
Passivo total	1.065.962	4.246	49.238	1.119.446

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de março de 2022	Tecelagem	Fiação	Corporativo	Total
Receita operacional líquida	66.655	1.256	1.125	69.036
Receita entre segmentos	(916)	(1.256)	-	(2.172)
Receita de clientes externos	65.739	-	1.125	66.864
Depreciação e amortização	(742)	(46)	(340)	(1.128)
Receitas financeiras	8.230	-	12	8.242
Despesas financeiras	(46.694)	(866)	(89)	(47.649)
Provisão IRPJ e CSLL	561	52	119	732
Resultado líquido do período	(36.867)	(781)	(316)	(37.964)
Ativo total	1.022.826	5.179	50.732	1.078.737
O ativo inclui:				
Adições ao imobilizado e intangível	1.521	-	6	1.527
Passivo total	1.022.826	5.179	50.732	1.078.737

27. Política de seguros

Após o pedido de recuperação judicial a Administração teve dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial. Inicialmente o valor da contratação do novo seguro foi 125 % maior do que apresentado no ano anterior, atualmente ocorre a dificuldade de aceitação por parte das companhias seguradoras, porém a Administração continua na busca da renovação a preços adequados.

Não faz parte do escopo do trabalho de nossos auditores averiguar a razoabilidade da cobertura dos seguros contratados pela Companhia.

28. Recuperabilidade dos ativos (impairment)

Anualmente ou quando houver indicação de que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos, para determinar se estes sofreram perdas por "impairment".

Estes testes são realizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia realiza o teste de recuperabilidade para os ativos, sendo identificadas as seguintes perdas por "impairment":

Em 31 de dezembro de 2022 Constituições (resultado) Reversões (resultado) Em 31 de março de 2023

	Controlador	a		Consolidad	0
Contas a receber	Estoques	Imobilizado	Contas a receber	Estoques	lmobilizado
(13.659)	(2.490)	(2.858)	(13.702)	(2.490)	(2.914)
(1.494)	(289)	-	(1.494)	(289)	-
2.744	931	23	2.749	931	64
(12.409)	(1.848)	(2.835)	(12.447)	(1.848)	(2.850)

Em 31 de março de 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia ajustou o *impairment* do ativo imobilizado, baseado em laudos elaborados, divididos da seguinte forma:

- Fluxos de caixa futuros derivados de uso contínuo dos ativos relacionados
- Máquinas valor de venda

A posição de 31 de março de 2023 reflete reversão de *impairment* no valor de R\$ 64 devido a baixas de determinados ativos por realização de sua venda.

As perdas estimadas nas contas a receber foram calculadas com base no histórico de perdas e títulos vencidos há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, analisando a situação financeira de cada devedor e histórico de perdas da Companhia.

* * * * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas, emitido com Abstenção de Conclusão

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da TEKA - TECELAGEM KUEHNRICH S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL") Blumenau – SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da TEKA – Tecelagem Kuehnrich S/A – em recuperação judicial ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das políticas contábeis significativas e demais notas explicativas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Em decorrência dos assuntos descritos nos parágrafos incluídos na seção "Bases para abstenção de conclusão", não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa conclusão.

Bases para abstenção de conclusão

- 1. Conforme nota explicativa número 1.1, em 26 de outubro de 2012, a Companhia entrou com pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, TEKA - Tecelagem Kuehnrich S/A, Teka Têxtil S/A, FB Indústria e Comércio Têxtil Ltda., Cerro Azul Participações e Administração Ltda. e Teka Investimentos Ltda., nos termos da Lei nº 11.101/05. Em 08 de novembro de 2012, foi deferido o processamento da recuperação e em 11 de janeiro de 2013 foram apresentados seus planos de recuperação judicial. No dia 02 de outubro de 2013, ocorreu a AGC - Assembleia Geral de Credores sendo aprovado o Plano de Recuperação Judicial, sendo homologado pelo Sr. Juiz da 2ª Vara Cível da Comarca de Blumenau, Osmar Tomazoni, em 30 de outubro de 2013. No entanto, depois da efetiva homologação da decisão da Assembleia Geral de Credores - AGC pelo Juízo responsável houve a interposição de quatro recursos de Agravo de Instrumento, com oposição à decisão que visando atacar a decisão que aprovou a recuperação judicial da TEKA, dos quais ainda o agravo nº 0189533-81.2013.8.24.0000, interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a Companhia, encontra-se pendente de julgamento dos embargos de declaração interpostos. Sendo assim, devido ao interposto remanescente ainda não julgado, a Companhia não havia registrado os possíveis efeitos do plano de recuperação judicial sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Entretanto, através do Ofício nº 287/2018/CVM/SEP/GEA-5 emitido em 11/2018, a CVM assim se manifestou comentando que a Companhia aberta deve elaborar seus demonstrativos contábeis com base nas normas contábeis vigentes e em atenção ao disposto no Plano de Recuperação Judicial. Desta forma, considerando as orientações da CVM, toda a situação contábil passível de avaliação e de reconhecimento foi ajustada nos demonstrativos da Companhia com base no Plano de Recuperação Judicial (vide nota 1.1). A execução desse plano é essencial para a realização de certos ativos registrados no balanço patrimonial, assim como, para permitir à Companhia honrar os seus compromissos assumidos com credores em geral.
- 2. No período findo em 31 de março de 2023 a Companhia incorreu em prejuízo líquido, individual e consolidado, de R\$ 35.083 mil (R\$ 37.964 mil em 31 de março de 2022) e possuía prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 2.070.958 mil (R\$ 2.036.579 mil em 31 de dezembro de 2022). O passivo circulante individual e consolidado da Companhia estava em excesso ao ativo circulante individual e consolidado em R\$ 2.402.961 mil e R\$ 2.472.576 mil (R\$ 2.370.169 mil e R\$ 2.438.325 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022) e patrimônio líquido individual e consolidado negativo no montante de R\$ 1.953.225 mil e R\$ 1.953.151 mil (R\$ 1.917.957 mil e R\$ 1.917.880 mil em 31 de dezembro de 2022). O nível de endividamento é relevante e desequilibra a capacidade de liquidez da Companhia de curto e longo prazo. Essa situação indica a existência de incerteza significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, sendo fatores essenciais para definir a continuidade normal dos negócios da Companhia por um período superior a um ano e sugere dúvida quanto à base para preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Em 31 de março de 2023, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios.
- 3. As incertezas significativas comentadas nos parágrafos 1. e 2. acima, não nos possibilitam concluir como, quando e por quais valores, os ativos serão realizados e os passivos serão pagos. Também não podemos concluir se estes ativos e passivos serão pagos e realizados por meio das operações da Companhia e de suas controladas ou se por meio de venda de parte ou de todos os ativos. Até a presente data não obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para concluirmos sobre estas múltiplas incertezas. As notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas relativas ao período findo em 31 de março de 2023 não divulgam, integralmente, estes fatos.
- 4. Conforme descrito na nota explicativa 8, a Companhia obteve êxito na ação judicial que objetiva a compensação dos saldos negativos de imposto de renda e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido com tributos administrados pela RFB. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia registrou o imposto de renda e contribuição social com base nos créditos

apurados entre o período de 1997 a 2011 no montante de R\$ 414.619 mil (valores atualizados de R\$ 784.492 mil em 31 de março de 2023 e R\$ 769.912 mil em 31 de dezembro de 2022) no Ativo não circulante. A homologação dos referidos créditos depende de avaliação da Receita Federal do Brasil (RFB) e do desfecho do processo judicial movido pela Companhia para restituição destes créditos em detrimento da compensação pretendida pela RFB com outros tributos federais.

5. Conforme descrito na nota explicativa 17, a Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos em tramitação perante tribunais e órgãos governamentais, envolvendo matérias tributárias, trabalhistas e cíveis. A Companhia é requerida a exercer julgamento significativo para determinar o montante apropriado de provisões para refletir prováveis exigências de recursos financeiros para liquidar essas obrigações e é requerido julgamento significativo para determinar os riscos associados a posições fiscais tomadas e divulgações necessárias das causas avaliadas como perda possível. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia para exercer esse julgamento significativo, ou mudanças nas condições externas à Companhia, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias, trabalhistas e cíveis, podem refletir em um impacto significativo no nível de provisões constituídas para essa finalidade, bem como nas divulgações requeridas. Em 31 de março de 2022 a Companhia possuía provisões classificadas com risco provável de R\$ 453.491 mil controladora e R\$ 454.175 mil consolidado (R\$ 439.728 mil controladora e R\$ 440.384 mil consolidado em 31 de dezembro de 2022) e depósitos judiciais de R\$ 37.186 mil controladora e R\$ 37.644 mil consolidado em 31 de março de 2023 (R\$ 37.668 mil e R\$ 38.126 mil em 31 de dezembro de 2022), entretanto identificamos que a Companhia apresenta fragilidades nos controles relacionados ao processo de mensuração das provisões para contingências e depósitos judiciais, gerando uma razoável possibilidade de que erros materiais nas referidas informações financeiras não tenham sido prevenidos ou detectados tempestivamente.

Apesar dos passos empreendidos no sentido de sanar as fragilidades nos controles supramencionados, através da intensificação dos levantamentos da situação e quantificação das contingências, que culminaram em ajustes significativos no exercício de 2022 conforme descrito na nota explicativa 17, dado o expressivo volume de demandas, considerando a relevância dos assuntos comentados e as incertezas significativas que envolvem o tema, as quais só poderão ser dirimidas quando da conciliação integral de todos os processos existentes, não nos foi possível concluir sobre o adequado registro dos valores de provisão para contingências e depósitos judiciais apresentados pela Companhia na data base de 31 de março de 2023 em sua totalidade.

Abstenção de conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção "Bases para abstenção de conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, assim como pela apresentação de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Ênfase

Cobertura de Seguros

Mesmo não sendo escopo de nossos trabalhos avaliar a razoabilidade da cobertura de seguros da TEKA S.A., a administração da Companhia está com dificuldades em negociar a renovação do seguro patrimonial, portanto, em 31 de março de 2023, os principais ativos, que incluem principalmente estoques e imobilizados da Companhia, não estão cobertos por seguros.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado (DVA)

Fomos contratados para revisar, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informações suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação das demonstrações do valor adicionado. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente. Devido à relevância dos assuntos mencionados na seção "Base para abstenção de conclusão", não nos foi possível efetuar procedimentos de revisão suficientes que nos permitissem concluir se tomamos conhecimento de algum fato que nos levasse a acreditar que as demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, este relatório é emitido com abstenção de conclusão.

Blumenau - SC, 10 de maio de 2023.

NEXT AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC-SC 8.765/O-4 Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável Contador CRC-SC 029.522/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

TEKA–Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Informações Financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2023.

Blumenau/SC, 10 de maio de 2023.

Fabiane Paula Esvicero Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky Diretor Industrial

Marcio Hoffmann Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

TEKA-Tecelagem Kuehnrich S.A., inscrita no CNPJ sob o número 82.636.986/0001-55, estabelecida na Rua Paulo Kuehnrich, nº 68 – Itoupava Norte – Blumenau – Estado de Santa Catarina, DECLARA, por seus diretores, nos termos da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam em parte com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as informações relativas ao período findo em 31 de março de 2023.

Blumenau/SC, 10 de maio de 2023.

Fabiane Paula Esvicero Diretora Presidente / Gestora Judicial

Mario Parasky Diretor Industrial

Marcio Hoffmann Diretor Comercial